



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 568648 - CE (2020/0074456-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : FRANCISCO REGIS OLIVEIRA ABREU**  
**ADVOGADO : FRANCISCO REGIS OLIVEIRA ABREU - CE031631**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PACIENTE : FRANCISCA CUNHA BEZERRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

### DECISÃO

**FRANCISCA CUNHA BEZERRA** alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** no HC n. 0620530-36.2020.8.06.0000.

Requer a defesa, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar, "pela ausência de justa causa, nos termos do art. 648, I e IV, do Código de Processo Penal, com aplicação de quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319, do mesmo diploma legal, inclusive com o monitoramento eletrônico [...]" (fl. 21).

#### **Decido.**

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante sob a acusação da prática dos crimes dos arts. 14 da Lei n. 10.826/2003 e 33 da Lei n. 11.343/2006. A custódia foi convolada em preventiva com base nos seguintes fundamentos (fls. 34-35, grifei):

[...]

Embora a autuada tenha sido presa na posse de pequena quantidade de droga, encontrava-se com significativa quantia de dinheiro (R\$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais), em cédulas fragmentadas, ainda pelo período da tarde, o que denota que movimentava habitualmente uma grande quantidade de drogas naquele local, o que leva esse juízo a crer num potencial risco à sociedade em sendo o mesmo posto em liberdade.

Outrossim, da análise da certidão de antecedentes da autuada, percebe-se que **esta já responde por pelo menos quatro crimes,**

**sendo um deles o tráfico de drogas.** É de conhecimento público que o crime de tráfico de drogas é responsável por grande parte das prisões em nosso país, de mesmo modo, vem tornando-se assustadoramente comum em cidades interioranas, sem desprezar os crimes que vêm a reboque dessa prática delitiva. Nesse contexto, tudo leva a crer que **a liberdade do autuado apresenta significativo grau de nocividade social.** Ademais, **a substituição da medida de prisão pelas cautelares diversas destas não se mostra eficaz para o caso, já que permitiria, por força dos fatos relatados, a um considerável risco a reiteração criminosa**. Em suma, as circunstâncias envolvidas são indicativas de que a liberdade da flagranteada põe em risco a sociedade, na medida em que não há nada que garanta, ao contrário, aponta, que a acusada voltará a cometer novos atos criminosos.

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva. Como bem assinalado no aresto combatido, "merece menção o fato de que **a imputada, além dessa Ação Penal, responde a mais quatro processos criminais, um deles, também, por tráfico de drogas, a denotar, com isso, que o caso em exame não se cuida de fato isolado em sua vida, mas sim mais um degrau de sua ficha criminosa**" (fl. 71, destaquei).

À vista do exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau, **via malote digital**. Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 01 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator